

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Programa de Atenção Integral à Saúde - AMAS Hospitalares

CNPJ n.º 61.699.567/0057-47
Nota da Administração



Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Programa de Atenção Integral à Saúde - AMAS Hospitalares** que integra a S.P.D.M. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de Auditoria Independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho

Comparativo dos Balanços Patrimoniais		
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
Ativo		
Ativo Circulante	50.474.500,69	43.159.717,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.585.774,18	2.112.360,53
Bancos conta movimento (nota 4.1)	20.284,30	22.894,48
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	9.565.489,88	2.089.466,05
Clientes	39.735.620,62	39.651.218,96
Prefeitura do Município de São Paulo - AMAS Hospitalares (nota 4.3)	14.427.092,49	14.342.690,83
Valores em Negociação - Contrato Convênio	0,00	25.308.528,13
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 4.4)	25.308.528,13	0,00
Outros Créditos (nota 4.5)	1.149.135,89	770.840,66
Antecipações salariais	1.739,49	978,8
Antecipação de férias	1.090.374,06	717.468,39
Outros créditos e adiantamentos	7.010,34	34.209,47
Depósito judicial	50.012,00	18.184,00
Despesas Pagas Antecipadamente	0,00	623.817,70
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 11)	0,00	623.817,70
Estoques	3.970,00	1.480,00
Estoques (nota 4.6)	3.970,00	1.480,00
Ativo Não Circulante	248.301,44	333.784,92
Ativo Realizável a Longo Prazo	18.184,00	0,00
Depósito Judicial	18.184,00	0,00
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros Móveis (nota 5.0)	230.117,44	333.784,92
Imobilizado - Bens de Terceiros	1.025.357,56	1.025.357,56
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (795.240,12)	(691.572,64)	(691.572,64)
Total do Ativo	50.722.802,13	43.493.502,77
Passivo		
Passivo Circulante	30.561.825,02	28.489.057,95
Fornecedores	0,00	3.048,00
Serviços de Terceiros P. Jurídica	617.339,01	335.158,91
Salários a pagar	6.909.833,72	6.394.369,55
Contribuições a recolher (nota 4.11)	1.724.424,49	1.501.199,99
Provisão de férias (nota 4.8)	12.184.431,79	9.746.881,03
Provisão de FGTS sobre férias (nota 4.8)	974.754,53	779.750,47
Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias (nota 4.8 e 4.9)	121.844,30	0,00
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	0,00	105.528,65
Impostos a recolher (nota 4.12)	3.845.296,43	3.578.182,62
Obrigações Tributárias	28.814,31	0,00
Outras contas a pagar	708,22	48.531,53
Financiamentos/Empréstimos/parcelamentos	0,00	5.996.407,20
Convênios/Contratos públicos a realizar	4.154.378,22	0,00
Passivo Não Circulante	20.160.977,11	15.004.444,82
Provisão de Despesa Proc. Trabalhista	11.989,06	0,00
Imobilizado - Bens de terceiros (nota 5)	1.025.357,56	1.025.357,56
Ajustes vida útil econômica - Bens de terceiros (795.240,12)	(691.572,64)	(691.572,64)
Valor Estimado - Rescisão de Contrato	19.918.870,61	14.670.659,90
Total do Passivo	50.722.802,13	43.493.502,77
Patrimônio Líquido (nota 7.0)	0,00	0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	50.722.802,13	43.493.502,77

Comparativo das Demonstrações de Fluxos de Caixa		
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit ou Déficit dos exercícios	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	142.936,81	(41.045.877,32)
(Aumento) Redução em estoques	(2.490,00)	(1.480,00)
Aumento (Redução) em fornecedores	232.975,88	338.206,91
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	13.096.398,16	36.825.103,74
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(103.667,48)	333.784,92
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	13.366.153,37	(3.550.261,75)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	103.667,48	(333.784,92)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	103.667,48	(333.784,92)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures (5.996.407,20)	5.996.407,20	5.996.407,20
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(5.996.407,20)	5.996.407,20
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	7.473.413,65	2.112.360,53
No início dos períodos	2.112.360,53	0,00
No final dos períodos	9.585.774,18	2.112.360,53

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2016	2015
1 - Receitas	197.641.058,01	175.033.560,60
1.1) Prestação de serviços	158.302.563,84	139.514.693,15
1.2) Outras Receitas	6.067,62	0,00
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	39.332.426,55	35.518.867,45
1.4) (-) Prov.Cred.Liquid.Duvidosa/Receitas anuladas	0,00	0,00
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	6.998.413,28	2.272.822,90
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	186.302,81	175.460,89
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	6.799.916,16	2.097.362,01
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00	0,00
2.4) Outros	12.194,31	0,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	190.642.644,73	172.760.737,70
4 - Retenções	0,00	0,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	190.642.644,73	172.760.737,70
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	587.235,65	214.366,26
6.1) Receitas financeiras	587.235,65	214.366,26
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	191.229.880,38	172.975.103,96
8 - Distribuição do Valor Adicionado	191.229.880,38	172.975.103,96
8.1) Pessoal e encargos	151.535.343,68	137.205.568,28
8.2) Impostos, taxas e contribuições	42.414,98	22.394,22
8.3) Juros	152.179,95	102.305,43
8.4) Aluguéis	167.515,22	125.968,58
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	39.332.426,55	35.518.867,45

seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede: I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis são elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 3.1 - Razão Social SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde. **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Programa de Atenção Integral à Saúde - Amas Hospitalares**, Rua Borges Lagoa, nº 229 - São Paulo - SP CEP 04.038-030 - CNPJ n.º 61.699.567/0057-47. **3.2 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2013

Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos		
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
Receitas Operacionais com Restrições		
Receita Bruta de Serviços	197.634.990,39	175.033.560,60
Prestados com Restrição	197.634.990,39	175.033.560,60
Prefeitura do Município de São Paulo - Ama Reguladoras	158.294.903,62	139.514.693,15
Trabalho Voluntário (nota 9.4)	7.660,22	6.511,31
Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	34.583.579,44	31.312.158,41
Isenção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)	0,00	14.756,94
Isenção Usufruída - COFINS (nota 9.3)	4.748.847,11	4.185.440,79
(-) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições	197.634.990,39	175.033.560,60
(+) Outras Receitas com Restrições	593.303,27	214.366,26
Outras Receitas	6.067,62	0,00
Financeiras	586.815,65	214.237,17
Descontos Recebidos	420,00	129,09
(-) Receita Líquida com Restrições	198.228.293,66	175.247.926,86
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições	196.602.997,47	139.735.570,72
Serviços Pessoais Próprios	151.527.683,46	137.205.568,28
Serviços Terceiros Pessoa Física	0,00	73.784,57
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	4.663.994,46	2.050.930,87
Manutenção e Conservação	58.634,98	98.615,15
Mercadorias	186.302,81	175.460,89
Financeiras	0,00	102.305,43
Outros Custos	838.655,84	0,00
Tributos	42.414,98	22.394,22
Trabalhos Voluntários (nota 9.4)	0,00	6.511,31
Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	34.583.579,44	0,00
Isenção Usufruída - COFINS (nota 9.3)	4.701.731,50	0,00
(=) Superávit Bruto com Restrições	1.625.296,19	35.512.356,14
(-) Despesas Operacionais com Restrições	1.625.296,19	35.512.356,14
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	1.406.146,10	0,00
Financeiras	164.374,26	0,00
Trabalhos Voluntários (nota 9.4)	7.660,22	0,00
Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)	0,00	31.312.158,41
INSS Patronal - Serviços de Terceiros (nota 9.2)	0,00	14.756,94
Isenção Usufruída - COFINS (nota 9.3)	47.115,61	4.185.440,79
(=) Superávit/Déficit do Período com Restrições	0,00	0,00

que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revista da características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelecido a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **Valores em Reais**

	31/12/2016-R\$	31/12/2015-R\$
Saldos em Bancos	20.284,30	22.894,48
Aplicação Financeira de Curto Prazo	9.565.489,88	2.089.466,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.585.774,18	2.112.360,53

4.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações encontram-se aplicadas por força do Contrato de Gestão nº 01/2012 cujo rendimento é revertido integralmente aos mesmos. **Instituição**

Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade/Mês	Taxa %	31/12/2016-R\$
Banco Bradesco	Hiper Fundo		0,77%	9.565.187,74
Banco Bradesco	CDB		0,77%	302,14
Total				9.565.489,88

4.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Plano de Trabalho conforme estabelecido nos Termos de Convênios. O Contrato é reconhecido por seu valor integral e caso a vigência exceda mais de um exercício, parte do Contrato é registrado no grupo Não Circulante. **4.4 - Valor Estimado - Rescisão de Contrato:** Valor proveniente do passivo trabalhista das unidades assumidas dos Convênios, para este Contrato. Em 2015 este valor estava classificado na conta "Valores em negociação". **4.5 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a receber ou a descontar de pagamentos futuros, tais como adiantamentos realizados a funcionários (férias, salário, 13º e outros); fornecedores, e créditos a receber do Contrato de Gestão. **4.6 - Estoques:** Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 3.970,00. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)). **Valores em Reais**

	R\$	R\$
Estoque	31/12/2016	31/12/2015
Materiais de Almoarifado	3.970,00	1.480,00
Total	3.970,00	1.480,00

continua >



continuação

4.7 - Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.8 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.9 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.10 - Outras Provisões:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas cláusulas contratuais do Contrato de Gestão nº 01/2012 e na IAS 37, a O.S. SPDM-PAIS tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Convênio quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações contempladas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, calculamos na conta "Valor Estimado - Rescisão de Contrato", as obrigações presentes, resultante de eventos passados, baseados nos valores atuais contemplados na folha de pagamento até a data do Balanço.

Valores em Reais	2016	2015
	R\$	R\$
INSS	437.857,16	334.333,42
FGETS	1.142.887,41	1.023.031,29
PIS	143.028,90	128.667,27
Sindicato a recolher	651,02	12.348,01
Total	1.724.424,49	1.498.379,99

4.12 - Impostos a Recolher

Valores em Reais	2016	2015
	R\$	R\$
IR	3.845.296,43	3.578.182,62
INSS M.P 83	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
Total	3.845.296,43	3.578.182,62

4.13 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, inclusive "Outras Provisões" citados no item 4.10, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.14 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota).

Imobilizado Bens de Terceiros

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratórios	603.965,27	0,00	0,00	0,00	603.965,27
Equipamentos de Processamento de Dados	109.208,66	0,00	0,00	0,00	109.208,66
Mobiliário em geral	208.985,20	0,00	0,00	0,00	208.985,20
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	33.948,94	0,00	0,00	0,00	33.948,94
Aparelhos de medição	1.768,00	0,00	0,00	0,00	1.768,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	35.895,09	0,00	0,00	0,00	35.895,09
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10.886,00	0,00	0,00	0,00	10.886,00
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	20.700,00	0,00	0,00	0,00	20.700,00
	1.025.357,16	0,00	0,00	0,00	1.025.357,16

Ajuste vida-útil econômica

Bens de Terceiros	Ajuste vida-útil do Período	Transfêrencia Baixa Ajuste	Ajuste vida-útil - 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2016	Taxa Anual de ajuste
Aparelhos Equipamentos Utensílios					
Medicos Odontológicos Laboratórios	(60.396,48)	0,00	(517.102,85)	86.862,42	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	(12.116,40)	0,00	(99.906,96)	9.301,70	20%
Mobiliário em geral	(20.898,48)	0,00	(118.396,03)	90.589,17	10%
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(3.394,92)	0,00	(20.326,13)	13.622,81	10%
Aparelhos de medição	(176,76)	0,00	(707,13)	1.060,87	10%
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(3.525,77)	0,00	(21.830,89)	14.064,20	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(1.088,64)	0,00	(8.000,10)	2.885,90	10%
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	(2.070,03)	0,00	(8.970,03)	11.729,97	10%
			(795.240,12)	230.117,04	

6 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, contribuições e subvenções, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1 - Das Receitas Operacionais:** Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Contrato de Gestão nº 01/2012 representaram em 2016, 100% do total das receitas operacionais. **6.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10):** São recursos financeiros provenientes de Convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Instituição SPDM - PAIS AMAS Hospitalares, recebeu a toque de caixa as Assistências Governamentais descritas conforme abaixo:

Convênios/Contratos

Convênio/Contratos	R\$
Convênio 01/2012 AMA's Hospitalares	162.767.500,87

7 - Patrimônio: O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou subtraído do déficit do exercício, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação.

Debora Melo Kiyaman	Darlei Alves Freire	Mário Silva Monteiro	Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.
Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6	Controladoria - CRC -1SP 219.650/O-9	Superintendente - S.P.D.M./PAIS	Presidente da S.P.D.M.

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Aos 18/04/2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Énio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem Do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HJMJC), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Superv.

Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde, por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2016, era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 1.266.155,63. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas no montante de R\$ 11.989,06. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 4.361.424,67. **4.15 - Contingências Ativas:** Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tomarem prováveis, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. **4.16 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.17 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - PAIS - AMAS Hospitalares é composto por bens de terceiros os quais são fruto de aquisição realizada com recursos do Convênio nº 01/2012 para os quais possuímos documentos enviados as Secretarias de Saúde para fins de incorporação ao Patrimônio Público. Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

8 - Resultado do Exercício: O Resultado do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial ao item 15: valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício, nos casos de convênios e contratos de gestão com órgãos governamentais tem sido "zero", face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Nos casos onde há superávit ou déficit ou ainda parte deles que tenha restrição para aplicação, está reconhecida em conta específica do Patrimônio Líquido. **9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20/08/2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os

Nº Convênio	Descrição	Consulta Médica	Profissionais Nível Superior	Exames	Procedimentos
001/2012	AMA Hospital Waldomiro de Paula	189.932	9.104	0,00	255.840
	AMA Hospital Ermelino Matarazzo Alípio Correa Neto	184.256	10.931	5.036	218.425
	AMA Hospital Dr José Soares Hungria	170.150	6.239	3.315	261.845
	AMA Hospital Alexandre Zaió	147.078	5.398	6.260	237.999
	AMA Hospital Dr Arthur Ribeiro de Saboya	126.342	12.443	3.746	180.097
	AMA Hospital Carmínio Caricchio	138.759	6.628	6.842	250.725
	AMA Hospital Tide Setubal	71.909	3.772	2.196	110.220
	Subtotal AMAs Hospitalares	1.028.426	54.515	27.395	1.515.151
	UPA Santa Catarina	123.293	0,00	0,00	0,00
	Total	1.151.719	54.515	27.395	1.515.151

13 - Relatório de Prestação de Contas: A SPDM - PAIS elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas do Contrato de Gestão nº 01/2012 que mantém com diversos municípios no estado de São Paulo. Em 2016 os relatórios de Prestação de Contas, foram audi-

montantes das isenções usufruídas durante o exercício 2016 se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 39.332.426,55. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de pagamento de Empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 34.583.579,44. Em 2015 também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$ 31.312.158,41. **9.2- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a Folha de Pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção encontra-se contabilmente em conta específica de receita, sendo que no exercício de 2016 não houve registros. Tomando por base os recursos recebidos no exercício de 2015, este valor forma um montante de R\$ 14.756,94. **9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 4.748.847,11. Em 2015 também se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 4.185.440,79. **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui como trabalho voluntário os dirigentes estatutários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2016 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2014 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2014 Concepção e Codenação Luiz Afonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2016 correspondeu a R\$ 7.660,22. **10- Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. A Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representam uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **12 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** A SPDM - PAIS - AMAS Hospitalares manteve o Contrato de Gestão nº 01/2012 no exercício de 2016 em parceria com a prefeitura do Estado de São Paulo. Os atendimentos alcançaram os números descritos abaixo:

Consulta de Outros

Consulta Médica	Profissionais Nível Superior	Exames	Procedimentos
189.932	9.104	0,00	255.840
184.256	10.931	5.036	218.425
170.150	6.239	3.315	261.845
147.078	5.398	6.260	237.999
126.342	12.443	3.746	180.097
138.759	6.628	6.842	250.725
71.909	3.772	2.196	110.220
1.028.426	54.515	27.395	1.515.151
123.293	0,00	0,00	0,00
1.151.719	54.515	27.395	1.515.151

tadas e revisadas por auditores independentes. **14 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Debora Melo Kiyaman	Darlei Alves Freire	Mário Silva Monteiro	Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.
Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6	Controladoria - CRC -1SP 219.650/O-9	Superintendente - S.P.D.M./PAIS	Presidente da S.P.D.M.

Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVELTIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assit. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão p/ Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALT), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. Vi Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabacuará/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirrituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A.P.S. (P.A.P.S.), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon-AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Énio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2.017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares.

continua



continuação

Parecer da Assembléia Geral dos Associados: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016. Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Pronto-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisões Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisões Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI). AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga , CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) ,UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19/04/2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em conformidade com o artigo 46 do Estatuto Social da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Pronto-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisões Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisões Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI). AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga , CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) ,UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 13/04/2017. **Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg.** são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

VR Desenvolvimento Imobiliário S.A.																		
CNPJ/MF nº 11.626.825/0001-32																		
Relatório da Administração																		
Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.						A Diretoria												
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)																		
Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015													
Circulante	7.723	5.968	Circulante	70	299													
Caixa e equivalente de caixa	7.357	5.453	Fornecedores	8	10													
Impostos a recuperar	366	515	Obrigações fiscais	62	289													
Não circulante	292.751	286.639	Não circulante	11.560	9.637													
Investimentos	292.751	286.639	Dividendos a pagar	11.560	9.637													
			Patrimônio líquido	288.844	282.671													
			Capital social	236.750	236.750													
			Reserva de lucros	52.094	45.921													
Total do ativo	300.474	292.607	Total do passivo e patrimônio líquido	300.474	292.607													
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)																		
	Capital social		Reserva de lucros		Lucros													
	Subscrito	a integralizar	Reserva legal	Retenção de lucros	acumulados	Total												
Saldos em 31 de dezembro de 2014	239.000	(4.100)	3.214	19.084	-	257.198												
Integralização de capital	-	1.850	-	-	-	1.850												
Distribuição de dividendos – exercícios anteriores	-	-	-	(7.316)	-	(7.316)												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.576	40.576												
Destinação do lucro																		
Reserva legal	-	-	2.029	-	(2.029)	-												
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(9.637)	(9.637)												
Retenção de lucros	-	-	-	28.910	(28.910)	-												
Saldos em 31 de dezembro de 2015	239.000	(2.250)	5.243	40.678	-	282.671												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.096	8.096												
Destinação do lucro																		
Reserva legal	-	-	405	-	(405)	-												
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.923)	(1.923)												
Retenção de lucros	-	-	-	5.768	(5.768)	-												
Saldos em 31 de dezembro de 2016	239.000	(2.250)	5.648	46.446	-	288.844												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)																		
<p>1. Contexto Operacional – Objeto social: A VR Desenvolvimento Imobiliário S.A. foi constituída em 02 de fevereiro de 2010 na forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo como objetivo a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A sede da Companhia está localizada na Rua Hungria, nº 1.400 – 8º andar, Pinheiros, São Paulo-SP.</p> <p>2. Apresentação das demonstrações financeiras – Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).</p> <p>3. Principais políticas e práticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. a. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo. Tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. b. Outros ativos e passivos: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período. c. Investimentos: Os investimentos da Companhia em suas controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). Empreendimentos controla-</p> <p>dos em conjunto (joint ventures): Um empreendimento controlado em conjunto, conforme CPC 19 (R2) (<i>joint venture</i>) é um negócio em conjunto, segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Essas partes são denominadas de empreendedores em conjunto. Empreendedor em conjunto deve reconhecer seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a menos que a entidade esteja isenta da aplicação do método da equivalência patrimonial, conforme especificado no Pronunciamento e se permitido legalmente. d. Gestão do risco de liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.</p> <p>4. Caixa e equivalente de caixa</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Bancos conta movimento</td> <td>8</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>7.349</td> <td>5.439</td> </tr> <tr> <td></td> <td>7.357</td> <td>5.453</td> </tr> </tbody> </table>								2016	2015	Bancos conta movimento	8	14	Aplicações financeiras	7.349	5.439		7.357	5.453
	2016	2015																
Bancos conta movimento	8	14																
Aplicações financeiras	7.349	5.439																
	7.357	5.453																
Demonstrações dos Resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)																		
Receitas (despesas) operacionais	2016	2015	Receitas (despesas) operacionais	2016	2015													
Despesas gerais e administrativas	(141)	(152)	Despesas gerais e administrativas	(141)	(152)													
Despesas tributárias	(19)	(37)	Despesas tributárias	(19)	(37)													
Resultado de equivalência patrimonial	7.913	39.831	Resultado de equivalência patrimonial	7.913	39.831													
Resultado financeiro	401	1.221	Resultado financeiro	401	1.221													
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	8.154	40.863	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	8.154	40.863													
Imposto de renda e contribuição social	(58)	(287)	Imposto de renda e contribuição social	(58)	(287)													
Lucro líquido do exercício	8.096	40.576	Lucro líquido do exercício	8.096	40.576													
Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)																		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016	2015	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016	2015													
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	8.154	40.863	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	8.154	40.863													
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:			Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:															
Resultado de equivalência patrimonial	(7.913)	(39.831)	Resultado de equivalência patrimonial	(7.913)	(39.831)													
Variações nos ativos e passivos operacionais:			Variações nos ativos e passivos operacionais:															
Diminuição (aumento) em impostos a recuperar	149	(172)	Diminuição (aumento) em impostos a recuperar	149	(172)													
Aumento (diminuição) em obrigações fiscais	(242)	207	Aumento (diminuição) em obrigações fiscais	(242)	207													
Impostos pagos	(44)	(278)	Impostos pagos	(44)	(278)													
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	104	789	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	104	789													
Fluxo de caixa das atividades de investimento			Fluxo de caixa das atividades de investimento															
Adiantamento para futuro aumento de capital	(10.450)	(3.000)	Adiantamento para futuro aumento de capital	(10.450)	(3.000)													
Dividendos recebidos de controladas	12.250	19.600	Dividendos recebidos de controladas	12.250	19.600													
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	1.800	16.600	Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	1.800	16.600													
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Fluxo de caixa das atividades de financiamento															
Dividendos distribuídos	-	(15.000)	Dividendos distribuídos	-	(15.000)													
Integralização de capital	-	1.850	Integralização de capital	-	1.850													
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(13.150)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(13.150)													
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.904	4.239	Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.904	4.239													
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.453	1.214	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.453	1.214													
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.357	5.453	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.357	5.453													
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.904	4.239	Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.904	4.239													
5. Investimentos (controladas em conjunto)																		
	Yuny		Morumbi do Brasil Projetos		Incorporadora S.A. Imobiliários Ltda.													
	2016	2015	2016	2015	2016	2015												
% de participação	49%	49%	50%	50%														
Patrimônio Líquido	300.365	299.850	131.006	49.979														
Lucro prejuízo líquido	27.338	101.655	(9.180)	(56.416)														
Valor contábil do investimento	147.180	146.927	65.503	59.643														
Resultado de equivalência	12.502	49.285	(4.590)	(9.454)														
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o ágio na aquisição de investimento e de R\$ 80.068.																		
6. Patrimônio líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito é de R\$ 239.000, representado por 239.000.100 ações ordinárias sem valor nominal, sendo que R\$ 2.250 ainda não foram integralizados.																		
7. Despesas gerais e administrativas																		
	2016	2015		2016	2015													
Despesas de serviços de terceiros	103	116	Despesas de serviços de terceiros	103	116													
Despesas de propaganda e publicidade	32	34	Despesas de propaganda e publicidade	32	34													
Outras	6	2	Outras	6	2													
	141	152		141	152													
A Diretoria			Contador – Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2															

